

AJUSTE FISCAL

Fipe mantém previsão de deflação este ano

ALBERTO TAMER

Fala do presidente foi suave e não retrata a gravidade da situação

LONDRES - Já temos o presidente, já temos o Congresso, já temos os governadores, alguns da oposição, é verdade, mas que estão dizendo não para negociar o sim, temos, ufa!, até um programa de estabilidade fiscal que chega com quatro anos de atraso em meio a uma tempestade sem fim. Não há, portanto, mais pretextos para adiamentos por causa disso ou daquilo. Não há mais a desculpa de que não podemos ferir os interesses destes ou daqueles em uma conjuntura política indefinida. Ou, como admitiu uma vez o ministro Malan, que "nenhum governo aprova reforma constitucional às vésperas de eleição". O pleito passou, a poeira baixou, mas a crise financeira que engolfa o País se agravou. Mais um motivo para mudar. Não temos praticamente mais crédito, nem para exportar. O dinheiro acabou não só para nós, mas para outros países emergentes também, com a agravante de que, depois da Rússia, somos os mais necessitados entre eles.

Agora, só há uma saída: convencer a sociedade de que será isso ou o caos. Sim, caos. Exagero? Pode ser. Dá para escolher alguma palavra mais leve. Mas por que ter medo de assustar com essa palavra que refle-



te em grande parte a realidade? O presidente Fernando Henrique Cardoso no seu pronunciamento à Nação na terça-feira à noite perdeu a grande oportunidade de passar à população a mensagem exata do peso da nossa dependência e, por meio dela, conscientizar a sociedade e a classe política de que o País vive uma das crises mais graves das últimas décadas. Não sabemos porque o presidente preferiu ficar no meio-termo, dizer o que todos já sabiam, que o rombo da Previdência é de US\$ 42 bilhões, dos quais US\$ 18 bilhões para beneficiar 905 mil funcionários ou ex-funcionários aposentados, que assim não dá para continuar, que é preciso mudar, etc., etc. e mais etc. Veio em seguida o pacote fiscal, com medidas sérias, sim, mas faltou realismo ao anunciá-las para torná-las aceitáveis pela sociedade e críveis aos investidores externos. Será que o Congresso vai apoiá-las sem a pressão do povo? E como a população irá pressioná-lo se não sabe e, portanto, não tem consciência da extrema gravidade da situação e da falta de opções? Talvez essa população que é a mais prejudicada seja, entre as partes envolvidas, a única a não saber disso. Daí a importância da

oportunidade perdida.

Tudo isso não é novidade. O único fato novo é que chegamos ao fim da linha e a alternativa é mudar ou quebrar, ou reformar tudo, com extrema urgência, ou o caos. Era isso que o presidente deveria ter dito, com toda franqueza, para fortalecer seu programa de equilíbrio fiscal. Deveria ter dramatizado uma situação para o que não precisa de adjetivos - recessão econômica, juros exorbitantes, endividamento inaceitável, desemprego crescente, pobreza endêmica, desigualdade e tensão sociais em ascensão, produção sufocada, exportações em recuo... Chega? Se quiserem, há mais... Não era a hora de dizer claramente tudo isso, aumentando as chances de aprovar o ajuste?

Convocação, não apelo

Era isso o que o investidor estava esperando ouvir aqui em Londres para tentar convencer-se de que o espírito do governo mudou, que não vai continuar repetindo frases que emolduraram compromissos anteriores não cumpridos. Por enquanto, ficamos onde estávamos, ou seja, em mais um "apelo" ao Congresso para que colabore na aprovação do "programa de estabilidade fiscal". Não há mais tempo para apelos, mas sim convocação aberta, lançando sobre quem não responder a culpa pelo que vier. Vejam a Rússia. A crise financeira não acabou. Atenuou-se passageiramente, mas o mercado financeiro continua fecha-

do ao Brasil, aos países emergentes. Não é uma convocação só para o Congresso. É para todos. Governos estaduais, municipais, federal e seus ministros (acreditem, alguns estão reclamando contra o próprio presidente, refletindo a fragilidade do apelo...), empresários, trabalhadores, consumidores, a sociedade enfim. Algumas das reformas têm de ser aprovadas em dois meses para entrar em vigor em 1999. Tem de ser já, agora.

Discurso não mudou

Era isso o que presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter dito para passar aqui fora a impressão de que mudou. "A reação do investidor foi de expectativa cautelosa. Ele acredita que o caminho apontado pelo presidente está certo, mas permanece viva na sua memória a lembrança de medidas anteriores semelhantes, anunciadas em outubro de 97, que em grande parte não se materializaram", afirma o professor Paulo Wrobel, do Royal Institute of International Affairs, de Londres. O meu receio, diz, é que o aplicador brasileiro tenha sido contaminado pela onda de fuga de dinheiro e, a curto prazo, a situação se agrave com a queda das reservas abaixo de US\$ 40 bilhões. O tempo é curto, não há como esperar. Não se disse uma vez que afinal o êxito do Plano Real não dependia das reformas?

■ E-mail desta coluna: 106406.3406@compuserve.com e atamer@ibm.net

Para coordenador do IPC, pacote divulgado pelo governo não terá impacto sobre os preços

MÁRCIA DE CHIARA

As medidas de ajuste fiscal anunciadas ontem pelo governo não deverão ter impacto nos índices de custo de vida. "O pacote deverá ser neutro em termos de inflação", afirma um dos coordenadores do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), Heron do Carmo.

Para ele, o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) deverá provocar alta nos custos dos produtos. Mas, em contrapartida, como a demanda está reprimida, as empresas não terão espaço para repassar essa alta aos preços. Ele lembra que, quando a CPMF foi instituída, o reflexo no custo de vida foi nulo.

Como as empresas tenderão a absorver esses aumentos de custos, o impacto do ajuste vai recair sobre o nível de atividade da economia e nos índices de desemprego, observa Heron.

Para ele, o conjunto de medidas distorce ainda mais o sistema tributário, com o peso maior dos impostos em cascata, como a CPMF. E isso vai ampliar o apelo pela reforma tributária.

"Esse pacote torna as previsões de custo de vida mais plausíveis", diz Heron. Ele prevê que a deflação acumulada em 12 meses até o fim de outubro, que será de 0,15%, deverá aprofundar-se em novembro e dezembro, encerrando o ano com queda de 0,5%. O IPC da Fipe deverá acumular resultados negativos em 12 meses até meados de 99.

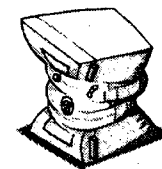
O IPC da Fipe registrou deflação (variação negativa) de 0,19% na terceira quadrissemana outubro, ante um recuo de 0,33% na quadrissemana imediatamente anterior. Esse resultado confirma a perspectiva de um índice muito próximo de zero no mês, diz Heron.

A novidade do IPC da terceira quadrissemana de outubro é que os preços dos alimentos voltaram a subir. A alta foi de 0,07%. O aumento ficou restrito aos semi-elaborados, que registraram variação positiva de 1,09%. Os produtos que ganharam destaque foram o feijão, que ficou 7,41% mais caro, o arroz (1,55%) e a carne (1,91%). Na análise de Heron, esses aumentos refletem o período de entressafra e devem persistir. Já os preços dos alimentos industrializados e dos in natura recuaram 0,86% e 0,15%, respectivamente, contrabalançando a alta dos semi-elaborados.

Os preços do vestuário foram os que mais contribuíram para que o custo de vida continuasse em baixa na terceira quadrissemana. Entre os dias 23 de setembro e 23 deste mês, as cotações desse grupo recuaram 1,52%, refletindo o esforço dos lojistas em eliminar estoques por causa das altas taxas de juros e o fato de ainda não ter entrado nas lojas a nova coleção. Heron prevê aumento de preços desses artigos para novembro.

Depois do vestuário, os preços dos transportes tiveram a maior variação negativa (-0,51%). Heron destaca a queda de 0,92% no preço da gasolina e de 2,08% do álcool combustível, além do recuo de 0,79% nos preços dos veículos.

O fato de a liberação dos preços dos combustíveis continuar tendo efeitos no IPC da Fipe por um longo período revela, segundo o economista, que as margens de venda desses produtos eram muito altas.



TERCEIRA
QUADRISSEMANA
TEVE DEFLAÇÃO
DE 0,19%